

Política de Defesa do Brasil

Marco Gonçalves Mendes

Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais

Comunicação proferida pelo Tenente-Brigadeiro-do-Ar Marco Gonçalves Mendes, no IDN no dia 23 de Março de 2010, no âmbito do ciclo de conferências intitulado *Visões Globais para a Defesa*.

Brazil's Defence Policy

Lecture delivered by Tenente-Brigadeiro-do-Ar Marco Gonçalves Mendes at the Portuguese National Defence Institute on the 23rd March 2010. The lecture was delivered in the context of a cycle of seminars on the subject Global Visions for Defence.

Introdução

(...) É com grande satisfação que me dirijo aos participantes do Ciclo Internacional “Visões Globais para a Defesa” para proferir esta Palestra, na qual apresentarei um panorama abrangente da participação do Brasil na agenda da Defesa Nacional.

Começo por abordar um tema que é de grande interesse e que representa fato inédito para o Estado brasileiro: a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada por decreto presidencial de 18 de dezembro de 2008, que reflete, entre outros aspectos, a posição de destaque alcançada pelo Brasil no contexto internacional. Tal documento, focado em ações estratégicas de médio e longo prazos, vem obtendo êxito em sua meta maior de consolidar a modernização da estrutura nacional voltada para a Defesa.

Abordarei sua concepção estratégica, destacando os segmentos atinentes à reorganização das Forças Armadas e do próprio Ministério da Defesa, bem como a reestruturação da indústria brasileira de defesa – com os desdobramentos desejáveis no reequipamento das próprias Forças com fulcro em tecnologias sob o domínio nacional.

Em seguida, apresentarei um panorama bastante amplo dos Organismos Multilaterais Regionais, abordando primordialmente a forma como o Brasil se insere no espaço político da Organização dos Estados Americanos e do Conselho de Defesa Sul-Americano, onde destacarei as mais promissoras tendências de integração na América do Sul.

Finalmente, apresentarei uma síntese dos principais aspectos que constituem as mais destacadas manifestações do grau de importância que o tema Defesa vem provocando na sociedade brasileira.

A Estratégia Nacional de Defesa

Ao visualizar o futuro emprego das Forças Armadas brasileiras, em conjuntura que apresenta claros indicadores de maior preeminência do Brasil no cenário internacional, emerge preliminarmente o imperativo de garantir a defesa do País, de seus cidadãos e dos interesses nacionais contra agressões e ameaças. Em função disso, o maior envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção de sua própria defesa constitui o alicerce para a arquitetura de um projeto nacional de interesse do governo e do Estado.

Ainda durante a fase de concepção da Estratégia Nacional de Defesa, quando se delinearão as diretrizes nos campos de dissuasão, articulação e emprego con-

junto das Forças Armadas, ciência e tecnologia e relacionamento internacional do Brasil, já se evidenciava a exigência de promover a reorganização da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Para obter a configuração visualizada com vistas a cumprir vasto espectro de tarefas, torna-se condição irrenunciável a posse de tecnologia, sob inteiro domínio nacional, nos estratégicos setores de atividades espaciais, ciência cibernética e energia nuclear.

Uma maior vinculação entre a máxima exploração de recursos tecnológicos e aspectos operacionais emergiu também como fator primordial para integrar a matriz que levou à modelagem da configuração das Forças que proverão a defesa do Brasil no século XXI. Tal nível de eficiência será alcançado por meio do uso de:

- sistemas de comunicações que propiciem o emprego conjunto de unidades das três Forças;
- plataformas que garantam um grau de mobilidade compatível com o espaço que é entendido como o entorno estratégico brasileiro; e, principalmente,
- domínio de conhecimentos que proporcionem ao combatente as habilidades necessárias para atuar de forma eficaz em ambiente mutável.

O reposicionamento da Marinha, do Exército e da Força Aérea também foi identificado como elemento essencial ao elenco de atributos que condicionam o emprego de meios previsto na Estratégia Nacional de Defesa.

A par de considerar as causas estruturais que justificam a atual distribuição de unidades das três Forças, próxima às principais áreas de concentração demográfica e os centros industriais do País, foi observado que há também preocupações ligadas à defesa nas regiões Norte e Oeste, e no Atlântico Sul.

Assim, deverá ser intensificada a presença da Marinha na região da foz do Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná. As reservas estratégicas do Exército serão posicionadas no centro do Brasil, para onde serão igualmente deslocadas as unidades da Força Aérea destinadas a realizar o transporte aeroterrestre. A partir dessa localização central, as tropas poderão ser rapidamente desdobradas para qualquer ponto do território nacional.

Todas essas variáveis, que levaram em conta o preparo das Forças com foco em aptidões que garantam o engajamento em conflitos caracterizados por acentuado grau de imprevisibilidade e, ainda, em atender ao crescente volume de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, levaram à elaboração dos projetos e programas específicos para cada uma das três Forças.

Para a Marinha, sob a égide do desenvolvimento das capacidades de monitoramento ou controle, mobilidade e presença:

- a implantação da 2ª Esquadra e da 2ª Divisão Anfíbia na região norte/nordeste, com a construção de bases naval, aeronaval, de fuzileiros navais e de abastecimento;
- a implementação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos convencionais e de propulsão nuclear, que engloba ainda uma base e um estaleiro associados e a transferência de tecnologia;
- a execução do Projeto Amazônia Segura, com a criação e elevação de categoria de 33 capitânias, delegacias e agências, a construção de navios e embarcações, e a criação de dois batalhões de operações ribeirinhas; e
- a construção do núcleo do Poder Naval, abrangendo navios, aviões, helicópteros, Veículos Aéreos Não Tripulados e meios de fuzileiros navais para duas divisões anfíbias.

No Exército, sob a orientação dos conceitos estratégicos de flexibilidade e de elasticidade, e também com o desenvolvimento das capacidades de monitoramento ou controle, mobilidade e presença, serão executados os programas:

- Amazônia Protegida - que prevê o fortalecimento da presença militar na Amazônia, incluindo a implantação de 28 novos Pelotões Especiais de Fronteira, que se somarão aos 21 ora existentes;
- Sentinela da Pátria - que trata da reorganização e da modernização das Brigadas. O processo inclui a transformação de 11 Brigadas de Infantaria Motorizada em 6 Mecanizadas e 5 Leves, a transferência da Brigada de Infantaria Pára-quedista do Rio de Janeiro para o centro do País, em Anápolis, no estado de Goiás, e a criação de novas Brigadas, quais sejam: três de Selva, uma Antiaérea e uma de Aviação Terrestre na Amazônia, além de três Leves;
- Mobilidade Estratégica - que prevê completar as dotações de equipamentos, armamentos, meios de transporte e suprimentos da Força Terrestre, incluindo a aquisição de novos helicópteros; e
- Combatente Brasileiro - que prevê a pesquisa, o desenvolvimento, a produção e a aquisição de material de emprego militar por meio de projetos de Ciência e Tecnologia que privilegiem a indústria nacional, incluindo os Veículos Aéreos Não Tripulados e a nova família de blindados URUTU III.

Na Força Aérea, os projetos principais consistem em:

- aquisição de aeronaves de caça, por meio do projeto F-X2;
- desenvolvimento de aeronaves de transporte e reabastecimento em vôo, com destaque para o KC-390, da EMBRAER;
- desenvolvimento e lançamento do veículo lançador de satélites; e
- modernização do Centro de Lançamento de Alcântara.

O Ministério da Defesa, por sua vez, já pôs em prática as primeiras medidas para se dotar de estrutura compatível com as suas atribuições, conforme consta da Estratégia Nacional de Defesa.

A proposta de reestruturação da Estrutura Regimental do Ministério foi concebida levando em conta a característica de ser uma Pasta de natureza civil, integrada por funcionários civis e militares, em estrita observância aos critérios de eliminação da superposição e fragmentação de ações, redução de custos e níveis hierárquicos, e aumento da amplitude de comando.

Dos estudos efetuados, emergiu a percepção de que o Ministério da Defesa apresenta uma peculiaridade em relação aos demais ministérios: a convivência de duas vertentes, a institucional, como ministério civil, e a operacional, como condutor e coordenador das ações militares de defesa, além de assumir uma postura voltada para o incremento de medidas capazes de viabilizar uma gestão mais eficiente no campo da aviação civil. Assim, a reestruturação focalizou a integração dessas dimensões, mediante o compartilhamento de recursos e a estruturação em componentes especializados.

Os principais aspectos da reestruturação se apresentam por meio da reformulação do papel do atual Estado-Maior de Defesa – embrião do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – e da definição de novas Secretarias que abrangem e integram os macroprocessos de suporte. Por essa razão, serão criadas a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desportos, integrando as áreas afetas à gestão de pessoal e, por indicação da Estratégia Nacional de Defesa, a Secretaria de Produtos de Defesa, que se encarregará de área que, na atual estrutura, enfrenta sérias limitações.

As funções antes realizadas pelas Secretarias de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais e de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia serão integradas na estrutura do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, juntando-se à nova Chefia de Preparo e Emprego Combinado, caracterizando, desse modo, a integração das atividades fim do Ministério.

Um dos eixos estruturantes da Estratégia Nacional de Defesa é a reorganização da indústria nacional de defesa, para assegurar o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas.

É forçoso reconhecer que, na singularidade de suas missões constitucionais, a Marinha, o Exército e a Força Aérea se vêem diuturnamente diante de desafios que vão desde a garantia da integridade da soberania brasileira à projeção do País no concerto das Nações, sem que disponham do desejável avanço tecnológico suportado por uma indústria de defesa nacional forte e amplamente desenvolvida.

Esses desafios serão vencidos, primordialmente, por meio de desenvolvimento tecnológico independente. Entretanto, com o propósito de fomentar a capacitação tecnológica e a fabricação de produtos de defesa nacionais, serão buscadas parcerias com outros países. Sempre que possível, essas parcerias serão construídas como expressões de uma associação estratégica mais abrangente entre o Brasil e o país parceiro, de modo a reduzir progressivamente a compra de serviços e de produtos acabados no exterior.

A associação será manifestada em colaborações de defesa e de desenvolvimento e será pautada por duas ordens de motivações básicas - a internacional e a nacional, segundo diretrizes que nortearão todo o processo, quais sejam:

- Dar prioridade ao desenvolvimento de capacitações tecnológicas independentes;
- Subordinar as considerações comerciais aos imperativos estratégicos;
- Evitar que a indústria nacional de defesa polarize-se entre pesquisa avançada e produção rotineira; e
- Usar o desenvolvimento de tecnologias de defesa como foco para o desenvolvimento de capacitações operacionais.

Além dos parâmetros que acabo de mencionar, para atender às demandas da Defesa Nacional e das Forças Armadas, conforme previsto na Estratégia Nacional de Defesa, há de se ressaltar ainda que a indústria nacional de defesa deve ser reestruturada com foco nos setores identificados como essenciais para que sejam obtidas as capacitações militares desejadas: o espacial, o cibernético e o nuclear.

Com o intuito de tornar concretas ações nesse sentido, alcançando-se, ao mesmo tempo, desejados ganhos de escala e eficiência e, ainda, economia de recursos, estabelecer-se-á, no Ministério da Defesa, a já mencionada Secretaria de Produtos de Defesa. A Secretaria será responsável por formular e dirigir a política de compras

de tais produtos, que incluem armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo, empregados nas atividades operacionais.

O objetivo será, portanto, implementar, no mais breve período, uma política centralizada de compras de produtos de defesa que garanta o compromisso com o desenvolvimento das capacidades tecnológicas nacionais em produtos de defesa e a otimização no dispêndio de recursos.

A esse repertório de medidas agrega-se a adoção de regime legal regulatório e tributário especial, com o propósito de resguardar as empresas nacionais.

Entre as principais medidas nesse campo encontram-se a revisão da Política Nacional da Indústria de Defesa e a instituição de normas especiais para o desenvolvimento, a aquisição e a contratação de produtos de defesa junto às empresas brasileiras.

Essas iniciativas se justificam sob o argumento de que as demandas estratégicas de defesa devem, ao mesmo tempo, atender às necessidades do Poder Público e incentivar o setor produtivo que opera no campo da indústria de defesa. Assim, atinge-se também o propósito mais amplo de compatibilizar os esforços governamentais de aceleração do crescimento com as necessidades da Defesa Nacional.

Organismos Multilaterais Regionais

Os processos de consolidação democrática e de integração, impulsionados pelo MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações, Organização do Tratado de Cooperação Amazônico, Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e, mais recentemente, pela UNASUL e o próprio Conselho de Defesa Sul-Americano, fazem com que os países da América do Sul reúnam condições estratégicas distintas do resto mundo.

O desenho político sul-americano permanece estável há longo tempo. O mapa da América do Sul se mantém o mesmo, enquanto o de outros continentes foi modificado várias vezes em função de conflitos que levaram à fragmentação de Estados e à alteração de suas fronteiras.

Na América do Sul, vivemos um momento único, no qual o desenvolvimento regional não é uma mera figura de retórica, mas uma realidade que se configura a partir do desenvolvimento sócio-econômico, da integração energética, do compartilhamento do conhecimento, da expansão da estrutura de transporte e de comunicações, e da cooperação militar.

Os principais mecanismos regionais de defesa que proporcionam fóruns para discussões políticas de segurança e de defesa são:

1. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, que estabelece uma orientação de defesa coletiva do Hemisfério: o ataque a um de seus países pode ser considerado como um ataque a todos os demais. O TIAR consolidou um mecanismo de defesa das Américas frente a uma ameaça comum que representava o “comunismo” na época da Guerra Fria. Nos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o Brasil evocou o Tratado em uma Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 21 de setembro do mesmo ano. Na oportunidade, o Brasil reiterou a posição de que o TIAR constitui o marco jurídico adequado para a discussão e a definição de linhas de ação de combate ao terrorismo no plano regional. Essa atitude, marcada de simbolismo, evidenciava, naquele momento, que era uma questão de defesa e de segurança um país dispor de aliados confiáveis em todos os momentos, destacando a importância que o Brasil atribui ao Tratado.

O Brasil considera que o TIAR é um instrumento válido para a cooperação na área de defesa no plano hemisférico.

2. A Junta Interamericana de Defesa (JID) que, ao longo de grande parte de sua existência, viveu sob inspiração de um mundo bipolar e assim orientou seus trabalhos ao preparo e ao planejamento da defesa do continente contra um inimigo comum.

A JID e o Colégio Interamericano de Defesa, dirigido pela JID, facilitam o estabelecimento de redes, permitindo que os militares que enfrentam diferentes situações troquem experiências e aprendam com os demais.

Em 2006, foi aprovado um novo regulamento da JID estabelecendo seu vínculo jurídico e institucional com a OEA e definindo como seu principal propósito, o de prestar à própria OEA e seus Estados-Membros serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo em assuntos relacionados a temas militares e de defesa no Hemisfério, a fim de contribuir para o cumprimento da Carta da OEA.

Ao analisar o contexto em que foram criados os instrumentos de segurança do continente americano acima descritos, a primeira impressão que se tem é a de uma aliança militar. Entretanto, alianças são caracterizadas por ameaças reais ou objetivos bem definidos e esses organismos foram criados após a Segunda Guerra Mundial, num ambiente em que havia a preocupação em se contrapor ao comunismo.

A partir da década de 1990, emergiram novos conceitos de segurança como a “Segurança Defensiva” – que pretendia assegurar a defesa efetiva com base no **emprego das forças** e não mais numa ameaça estabelecida. Da mesma forma, o conceito de “Segurança Coletiva” evoluiu para “Segurança Cooperativa” – caracterizada pela mudança de foco no planejamento, o qual substituiu a preparação para o enfrentamento das ameaças, para a prevenção do seu surgimento. Nesse novo contexto surgiram:

3. **A Organização dos Estados Americanos (OEA)**, congregando os países das três Américas com o fim de fortalecer a cooperação e desenvolver interesses comuns, inclusive nos campos de segurança e defesa. Trata-se do principal fórum para o diálogo multilateral e a ação concertada da região. Suas últimas e mais importantes reuniões para os temas que aqui nos interessam foram a “Conferência Especial sobre Segurança”, em outubro de 2003, e a “Cúpula Extraordinária das Américas”, em janeiro de 2004. Apesar do caráter distinto destas, ambas as reuniões apresentam pontos comuns com respeito à segurança hemisférica.

O resultado do mais recente encontro foi o estabelecimento de três objetivos vinculados e interdependentes, a saber:

- crescimento econômico com equidade para redução da pobreza;
- promoção do desenvolvimento social;
- assegurar e aprofundar a governabilidade democrática.

A Conferência Especial sobre Segurança por sua vez representa, até hoje, o mais significativo fórum sobre segurança hemisférica, no qual se reconheceu que os Estados do Hemisfério enfrentam tanto ameaças comuns à segurança como novas ameaças e preocupações com outros desafios que, por suas características complexas e profundas, determinam que a segurança tenha um caráter multidimensional. A Conferência constituiu uma oportunidade única para reafirmar princípios e valores compartilhados, sobre os quais se baseiam a paz e a segurança no Hemisfério, tais como:

- Cada Estado tem o direito soberano de identificar suas próprias prioridades nacionais de segurança e definir suas estratégias e planos de ação para fazer frente às ameaças à segurança em conformidade com o seu ordenamento jurídico e com pleno respeito do Direito Internacional e das normas e princípios da Carta das Nações Unidas e da Carta da OEA. A democracia representativa é uma condição indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento dos Estados do Hemisfério.

- A subordinação constitucional de todas as instituições do Estado à autoridade civil legalmente constituída e o respeito ao estado de direito contribuem para a estabilidade e a paz.
- O terrorismo, o crime organizado transnacional, as drogas, a corrupção, a lavagem de ativos e o tráfico ilícito de armas, entre outras ameaças, afetam de forma diferente a segurança dos Estados.

A Declaração da “Conferência Especial sobre Segurança” faz referência ao caráter multidimensional da segurança – ainda que muitas vezes de forma implícita – ao referir-se a valores comuns que devem nortear e merecer atenção especial por parte da ação estatal, tais como, as “novas ameaças” (terrorismo, crime organizado, tráfico ilícito de armas, etc), a questão da dimensão humana da segurança (combate à pobreza, desigualdade e exclusão social) e o banimento de armas de destruição em massa, apenas para destacar os principais aspectos.

Compete aos foros especializados da OEA desenvolver a cooperação para enfrentar essas novas ameaças, preocupações e outros desafios com base nos instrumentos e mecanismos aplicados.

A Comissão Permanente de Segurança Hemisférica da OEA estabelece formas sistemáticas e institucionalizadas de tratar questões de segurança, em comparação com as soluções *ad hoc* determinadas por crises. O seu objetivo é o de estabelecer uma atmosfera que conduza aos processos de fomento da confiança e da segurança e à resolução de controvérsias pelos meios diplomáticos.

A Comissão tem as vantagens de dispor de uma infra-estrutura forte e de antecedentes estabelecidos em relação à segurança, de contar com a participação de quase todos os países das Américas e de ter à sua disposição os instrumentos adequados para corrigir e acompanhar a implementação de linhas de ação. Quanto a este último aspecto, destacam-se os esforços empreendidos na coordenação entre as iniciativas nacionais e multilaterais de segurança, a exemplo do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) e da Comissão Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA).

A OEA promove, igualmente, atividades referentes a questões de segurança não tradicionais, como a remoção de minas, por intermédio da Unidade de Promoção da Democracia.

- 4. A Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA)**, foi instituída a partir de 1995, para fazer frente às “novas ameaças”, tendo sido reconhecida

na citada Conferência Especial sobre Segurança da OEA como “um espaço apropriado para promover o conhecimento recíproco, a confiança mútua, o diálogo e a transparência em matéria de defesa”.

A CMDA foi criada com a finalidade de constituir um foro de debates para o intercâmbio de experiências entre os Ministros da Defesa do continente americano. Esse encontro ministerial é a principal instância de reunião do setor de defesa no continente americano e seu objetivo central é o debate, a análise e o intercâmbio de experiência dos temas que derivam da proposta efetuada pelo país que está sediando a Conferência e do consenso entre os membros.

Foram realizadas oito Conferências de Ministros da Defesa das Américas, de acordo com o quadro a seguir:

Conferência	Ano	Local
I CMDA	1995	Williamsburg
II CMDA	1998	Bariloche
III CMDA	1999	Cartagena
IV CMDA	2000	Manaus
V CMDA	2002	Santiago
VI CMDA	2004	Quito
VII CMDA	2006	Manágua
VIII CMDA	2008	Banff

A IX CMDA está prevista para ser realizada em 2010 em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia.

5. Mais recentemente, surgiu o **Conselho de Defesa Sul-Americano**, a partir da avaliação do benefício adicional de contribuir para a formação de uma identidade regional no campo da defesa, levando em conta as características locais (vertentes platina, andina, amazônica, atlântica, caribenha e pacífica) e articulando uma visão fundamentada em valores e princípios comuns de interesse dos Estados.

Essa visão particular em matéria de defesa é de interesse dos diversos governos da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) sob as óticas de reforçar a confiança mútua e de afastar percepções equivocadas, aportando maior estabilidade e segurança à região. A discussão de questões relacionadas com a defesa de um ou mais Estados-Membros pode, ademais, contribuir para o alívio de tensões na América do Sul.

Importa destacar que em nenhum momento foi considerada a constituição de uma aliança militar de defesa sul-americana, no sentido clássico, do tipo “OTAN do Sul”. Tampouco se pretendeu criar um “Conselho de Segurança

Sul-Americano”, uma vez que as atribuições do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no campo da paz e da segurança internacionais, não se confundem com os mandatos dos órgãos regionais e sub-regionais.

Assim, em maio de 2008, observando o objetivo estatuído no Tratado Constitutivo da UNASUL de construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união entre seus povos, foi criado um Grupo de Trabalho para elaborar uma proposta de Estatuto para o Conselho de Defesa Sul-Americano.

Os trabalhos conduzidos ao longo daquele ano foram marcados por intensos estudos e negociações, sob a premissa de harmonizar os interesses de todos os participantes.

A proposta de Estatuto foi aprovada em 16 de dezembro de 2008, ao ensejo da Cúpula da UNASUL realizada em Salvador, na Bahia, quando o Conselho de Defesa Sul-Americano foi formalmente estabelecido.

As linhas gerais daquele documento, unanimemente ratificado, vão ao encontro de três grandes diretrizes que procuram fundamentar a atuação do Conselho:

- consolidar a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos, e como contribuição à paz mundial;
- construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe; e
- gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa.

O processo de transição entre a gênese desse importante instrumento de integração sul-americana e seu amadurecimento foi bastante curto, na medida em que já na primeira reunião dos Vice-Ministros da Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano, realizada em Santiago do Chile nos dias 28 e 29 de janeiro de 2009, foi concluída a elaboração de uma proposta de Plano de Ação para o período de 2009-2010.

O objetivo desse primeiro plano consiste em promover um conjunto de iniciativas exequíveis em curto e médio prazos, que possuam a propriedade de conferir legitimidade e visibilidade ao Conselho. O documento é uma agenda ampla para a construção de uma identidade sul-americana na área de defesa, que se expressará, de maneira gradual e flexível, por meio de iniciativas divididas em quatro áreas:

1. Na primeira delas, afeta à política de defesa, estão contempladas a criação de uma rede para intercambiar informação sobre políticas de defesa, a realização de um seminário sobre modernização dos Ministérios da Defesa, a disseminação de informações sobre gastos e indicadores econômicos de defesa, a definição de enfoques conceituais, a identificação de fatores de risco e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial e a criação de um mecanismo para contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa.
2. Na área de cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz, estão previstos o planejamento de um exercício combinado de assistência em caso de catástrofe ou desastres naturais, a organização de uma conferência sobre lições aprendidas em operações de paz, enfatizando tanto os aspectos relacionados ao âmbito interno como ao multilateral, a elaboração de um inventário das capacidades de defesa que os países podem oferecer para apoiar as ações humanitárias e a promoção do intercâmbio de experiências no campo das ações humanitárias a fim de estabelecer mecanismos de resposta imediata para a ativação de ações humanitárias frente a situações de desastres naturais.
3. Na área de indústria e tecnologia de defesa, foram contempladas a elaboração de um diagnóstico da indústria de defesa dos países-membros, identificando capacidades e áreas de associação estratégicas, com o fito de promover a complementaridade, a investigação e a transferência tecnológica, bem como a promoção de iniciativas bilaterais e multilaterais de cooperação e produção relacionadas à indústria de defesa, no marco das nações integrantes do Conselho.
4. Finalmente, na área de formação e capacitação, estão previstos a elaboração de um registro de academias e centros de estudo de defesa e de seus programas, a criação de uma rede sul-americana destinada à capacitação e à formação em defesa, tudo isso visando o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de programas conjuntos; a essas medidas associam-se a confecção de uma proposta de programas de intercâmbio docente e estudantil, a homologação, a avaliação e a disseminação de estudos, o reconhecimento de títulos e a concessão de bolsas para as instituições existentes; em termos mais concretos, merecem destaque, ainda, a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano, na Argentina e a realização, em novembro último, do Primeiro Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos.

Considerações Finais

O Brasil requer uma capacidade militar de defesa voltada para ameaças externas compatível com sua estatura político-estratégica, com os compromissos assumidos e com sua crescente inserção no cenário internacional. Tal capacidade deverá respaldar a preservação dos interesses nacionais, além de permitir ao País o exercício de seu direito de defesa.

Existem, ainda, alguns desafios que devem ser vencidos para dotar efetivamente o Brasil de um Sistema de Defesa que assegure ao País o pleno exercício da posição que lhe cabe no concerto das nações e, dessa forma, lhe permita participar amplamente das conquistas e dos benefícios da ciência e da tecnologia mundiais.

O amplo debate sobre os assuntos de defesa no Brasil é um desses desafios. Talvez, seja o mais relevante deles. O brasileiro tributa pouca importância aos assuntos que dizem respeito à Defesa de seu próprio País. Isso pode ser tolerado em países que se situam nas fímbrias do poder mundial, mas é inaceitável para um país como o Brasil, que busca tornar-se ator global e potência militar de médio porte.

O Ministério da Defesa, no exercício da direção superior das Forças Armadas, tem produzido documentos que tratam de orientações e balizamentos para o aprimoramento da capacidade da Defesa Nacional, cujo exemplo mais representativo, em âmbito nacional, é a Estratégia Nacional de Defesa, inspirada em duas realidades que lhe garantem a viabilidade e lhe indicam o rumo.

A primeira trata da capacidade de improvisação e adaptação, o pendor para criar soluções quando faltam instrumentos, a disposição de enfrentar as agruras da natureza e da sociedade, enfim, a capacidade quase irrestrita de adaptação que permeia a cultura brasileira. É esse o fato que permite efetivar o conceito de flexibilidade.

A segunda realidade é o sentido do compromisso nacional no Brasil. A Nação brasileira é um projeto do povo brasileiro; foi ele que sempre abraçou a idéia de nacionalidade e lutou para converter a essa idéia os quadros dirigentes e letrados. Este fato é a garantia profunda da identificação da Nação com as Forças Armadas e destas com a Nação.

Do encontro dessas duas realidades resultam as diversas diretrizes que norteiam os esforços para que sejam alcançados nossos Objetivos de Defesa, e congrega as ações civis e militares em busca dessa meta.

A Estratégia Nacional de Defesa preenche uma importante lacuna entre os documentos orientadores da Defesa Nacional. Estou convencido de que ela é um marco para tornar a Defesa um assunto presente e de interesse para todos os brasileiros.

Hoje, posso garantir que o Ministério da Defesa se apresenta como instrumento excepcionalmente adequado à condução da política e estratégia de defesa, ao trato da política e das estratégias militares e ao planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas.

No que respeita ao setor militar, os documentos político-estratégicos e operacionais, que estabelecem orientações doutrinárias e normativas, uniformizam e dão um sentido único aos esforços exigidos nesse complexo planejamento. Esses documentos, de cunho estritamente militar, no conjunto, representam relevante ganho na harmonização de entendimentos e de percepções entre as Forças.

Em um sentido mais amplo, a atuação do Ministério da Defesa do Brasil tem contribuído significativamente para a integração sul-americana, por meio, também, do relacionamento mais estreito entre as Forças Armadas.

O Brasil considera que tem a responsabilidade de participar como elemento catalisador das iniciativas de integração e de cooperação em seu entorno estratégico, com destaque para a América do Sul, buscando criar o ambiente de cooperação necessário para estabilidade, paz e segurança.

Esse é o intuito que motivou a proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano: um foro cooperativo, equilibrado e democrático, que respeite as diversidades, os anseios, os valores e as tradições de cada nação e, sobretudo, que seja capaz de se adaptar às novas situações.

Complementarmente, os esforços para promover a integração e o fortalecimento da indústria de defesa regional pretendem prover, tempestivamente, em todas as situações, produtos de defesa de qualidade e custo aceitável para as Forças Armadas sul-americanas, diminuindo a dependência exterior.

A reorganização da indústria de defesa fomentará a capacidade produtiva como um todo, tendo por consequência o aprimoramento econômico e social, possibilitando que o Brasil se projete mundialmente com maior poder dissuasório e com real inserção em processos decisórios internacionais, tudo ao fundamento dos princípios pacíficos que regem as relações internacionais do Estado brasileiro.

O desenvolvimento de tecnologias nacionais capazes de proporcionar que o exercício da soberania seja fortalecido a partir da independência nas escolhas por produtos que atendam aos interesses estratégicos da nação brasileira, com reflexos positivos na sociedade e na economia.

Finalizando, gostaria de reiterar a satisfação da oportunidade que me foi oferecida em ministrar esta Palestra, sobre tema de suma importância para aqueles que compartilham nossos anseios e preocupações com a Defesa Nacional.